

III JORNADAS DE ESTUDO ACTAS

NORTE DE PORTUGAL - AQUITÂNIA



Publicações da Universidade do Porto

1996

Título: III Jornadas de Estudo Norte de Portugal - Aquitânia. Actas
Editor: Universidade do Porto — R. D. Manuel II, 4050 PORTO,
PORTUGAL. Telef. +351 2 6094462 Fax. +351 2 6098736
Publicações da Universidade do Porto
Nº: 3
Edição: 1ª
Localidade: Porto
País: Portugal
Mês: Maio
Ano: 1996
Nº de exemplares: 500
© 1996, Universidade do Porto e Centro de Estudos Norte de
Portugal - Aquitânia (CENPA)
Capa: Nazareth Rego
Revisão: Adelaide Gil (pelo CENPA)
Tratamento de imagem: Silvano Rego
Arranjo gráfico: Silvano Rego e Fernando G. Monteiro
Fotolitos: Gráfica da Universidade do Porto
Impressão: Litogaia – Artes Gráficas, Lda
Data: Outubro de 1996
Depósito Legal nº: 104029/96

- *Colecção de Trabalhos e Documentos do CENPA*, nº 10
- *Collection de la Maison des Pays Ibériques*, nº 61



Esta publicação foi impressa em papel reciclado

**UMA ANÁLISE DE PERFIL GEOGRÁFICO SOBRE:
A REGIONALIZAÇÃO EM PORTUGAL NA ÚLTIMA DÉCADA DO
SÉCULO XX**

Rosa Fernanda Moreira da Silva*

Nestas minhas primeiras palavras recorro há quanto tempo se arrasta, em clima de ambiguidade permanente, o debate em torno do processo de “Regionalização”.

Na verdade, a definição de políticas e a formulação dos programas regionais têm sido fortemente condicionados por numerosos factores, entre os quais destacamos a tradição centralizadora do Poder Central e a forte hegemonia político/económica da Área de Lisboa em relação ao resto do país.

A “Regionalização” permanece ainda uma questão controversa entre políticos, académicos e pouco discutida ou mesmo ignorada entre a população.

Por isso mesmo, o fortalecimento das estruturas do Poder Político/Regional exige uma experiência administrativa e política da classe de Autarcas e, simultaneamente, uma profunda alteração nos hábitos, nas mentalidades e nos níveis culturais de um povo.

Conscientes da complexidade política do assunto em análise, advertimos desde já V. Ex.^S que, nesta comunicação tentaremos exclusivamente apresentar um modesto testemunho de perfil geográfico sobre:

Portugal, as suas profundas assimetrias regionais e uma perspectiva global de alguns dos problemas neste período de transição para uma nova fase de construção europeia.

Na perspectiva apontada, não é possível ignorar alguns condicionantes, dos quais se evidenciam os dois seguintes:

- 1º – A localização geográfica de Portugal no extremo ocidental da Europa e a sua reduzida dimensão territorial.
- 2º – As Assimetrias Regionais de desenvolvimento no território de Portugal Continental.

Para uma melhor apreensão desta questão, decidimos recorrer ao cruzamento de diversas fontes de informação e, a partir daí, apresentar alguns dos resultados que consideramos eficazes para possíveis tomadas de decisão. Entre outros indicadores resolvemos destacar, a título de exemplo, os de índole demográfica.

* Instituto de Geografia da Faculdade de Letras do Porto.

Neste domínio, da leitura do seu comportamento espacial ressaltam questões que se afiguram, segundo a nossa opinião, fundamentais para a apreensão das tendências de evolução possível no território português.

Deve sublinhar-se que o tipo de evolução destes indicadores será determinante para o surgimento de uma nova geração de políticas com impacto territorial, sejam elas de âmbito Municipal, Regional ou Sectorial.

Entre as questões que irão condicionar a futura dinâmica de intervenção territorial assume lugar de destaque “O fenómeno demográfico na década de 80”.

Assim a leitura das figuras 1, 2 e 3 denuncia um preocupante contraste entre o litoral e o interior¹.

Quanto aos espaços rurais do interior, verifica-se que continuam a assumir um comportamento repulsivo em relação à população activa. O esvaziamento destas áreas predominantemente rurais deve-se não só à ausência de adequadas políticas de desenvolvimento urbano, mas também a uma questão cultural. Assiste-se, pois, a uma mudança de padrões culturais da população jovem, quer no âmbito de novos referenciais de consumo, de lazer e como de emprego, que ainda não entraram no tecido económico das regiões do interior.

Por outro lado, recordemos que a dinâmica das áreas urbanas também não se mostrou com capacidade suficiente para compensar essa perda.

Entre os numerosos factores responsáveis pelas profundas mutações ocorridas no Norte do país assumem certamente lugar de destaque o impacto dos diferentes tipos de mobilidade da população. Não sendo nosso objectivo, neste artigo, desenvolver este assunto, parece-nos, contudo, conveniente recordar, pelo menos, a complexidade e amplitude dos tipos de mobilidade interna e externa, desde a década de 70 até à actualidade, assim como a ausência de uma política de Emigração.

Acrescente-se que o acentuar das assimetrias regionais se deve a um conjunto de **Níveis de Implicações**, dos quais passamos a salientar os seguintes:

No domínio da **rede urbana**, pode afirmar-se que, na última década do século XX, se regista uma forte dicotomia entre a dimensão das cidades do litoral e as do interior. Quer isto dizer que o panorama actual impõe uma profunda alteração da rede urbana.

Se ao indicador cartografado na Fig. 1 associarmos outros, como o fraco significado dos espaços urbanos, o tipo de equipamento relacionado com a saúde e o ensino, mais evidente nos surge o contraste entre as Áreas Metropolitanas e o restante país.

¹ O nosso estudo teve como fontes: o *Recenseamento Geral da População de 1981* e os dados provisórios do *XIII Recenseamento da População de 1991*, INE (divulgados e publicados em Janeiro de 1993).

Fig.1 - VARIACÃO DA POPULAÇÃO PRESENTE, 1991/1981

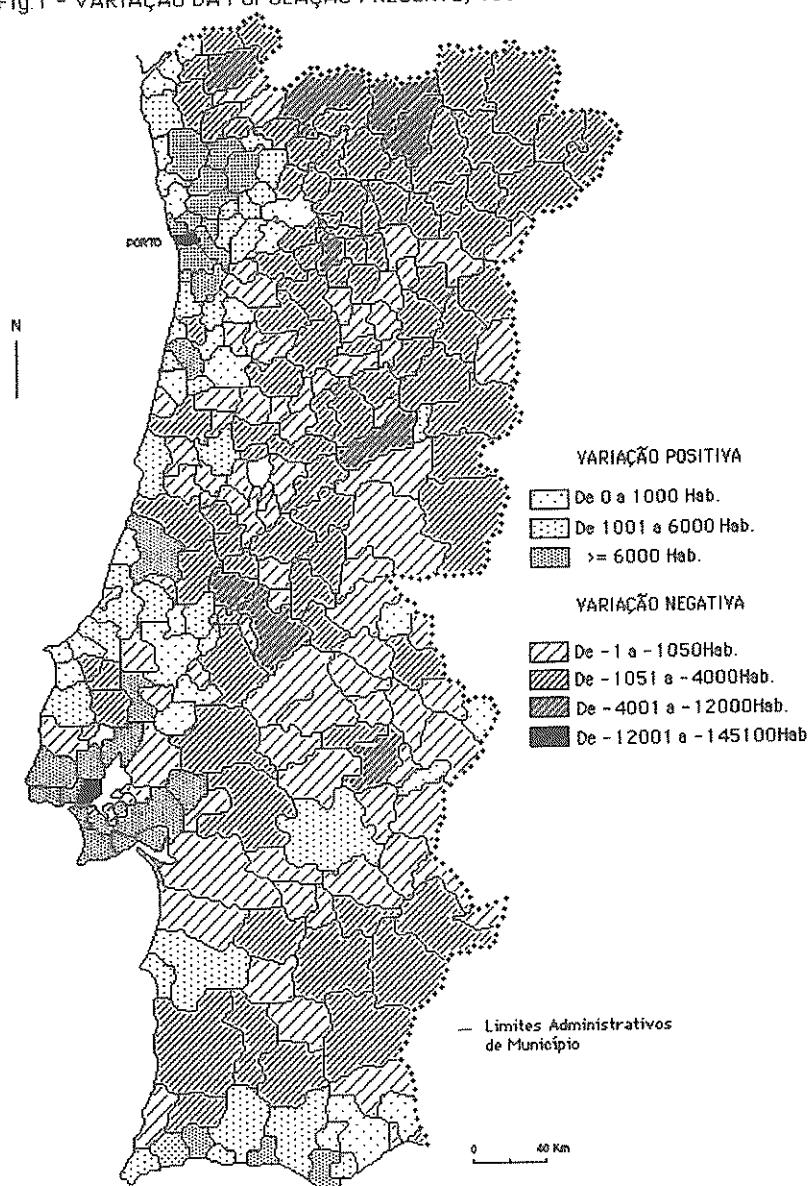
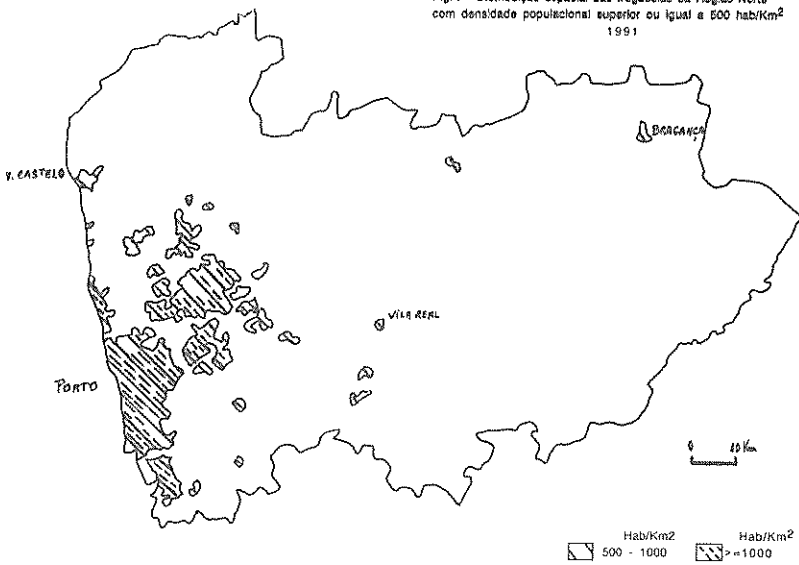


Fig. 2 - Distribuição espacial das freguesias da Região Norte com crescimento positivo na década de 80



Fig. 3 - Distribuição espacial das freguesias da Região Norte com densidade populacional superior ou igual a 500 hab/km² 1991



Face a este panorama, é necessário obviar ao desequilíbrio referente à organização territorial, e a medida que se impõe é a relacionada com a criação de modelos de planificação do território que conduzam ao desabrochar de cidades de **dimensão média**.

Mas é claro que outras implicações se têm de associar, exigindo um desenvolvimento coordenado e rápido. Referimo-nos quer à modernização e expansão da rede de acessibilidade, quer aos problemas sérios de ajustamento das fileiras exportadoras tradicionais ao novo cenário de competitividade introduzida pela adesão ao mecanismo cambial do Sistema Monetário Europeu.

A título de exemplo, optamos por passar a enumerar algumas das componentes principais numa política de desenvolvimento rural. São elas:

- os incentivos ao investimento produtivo nas explorações;
- a implantação da indústria transformadora e de apoio à agricultura;
- a revitalização de base produtiva agro-florestal e de protecção ao ambiente;
- a redução dos custos de transportes;
- o desenvolvimento da rede urbana;
- a alteração das mentalidades.

Em síntese parece-nos possível afirmar que, sem a redução dos custos de acessibilidade, sem a existência de bolsas de concentração de mão de obra e sem núcleos urbanos fornecedores de serviços diversificados e especializados, será difícil anular essas assimetrias.

Assim, qualquer que seja o modelo de regionalização que venha a concretizar-se, há que prioritariamente conhecer bem as realidades do território português.

Em plena década dos anos 90, é imperioso incentivar o Associativismo Municipal como forma de ampliação coerente do desenvolvimento local; conseqüentemente, será este que, de imediato, irá constituir um elemento favorável à descentralização.

BIBLIOGRAFIA

GASPAR, Jorge e JENSEN-BUTLER, Chris – *Social Economic and Cultural Transformations in the Portuguese Urban System*, in *International Journal of Urban and Regional Research*, Vol. 16, Number 3, september 1992, p. 442-461.

CEDRU (Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda) – *O sector terciário em Portugal na perspectiva de modernização e do desenvolvimento regional do país*. (Três relatórios), Lisboa, 1988.

JENSEN-BUTLER, Chris – *The regional economic effects of European integration*, in *Geoforum* 18.2, p. 213-227.

OECD – *Economic surveys: Portugal*, Paris, OECD, 1991.